

Os Trabalhadores do Cacau: entre lutas, Sindicato, Partido e Revolução

Marcelo da Silva Lins*

Resumo: Esse texto pretende demonstrar parte das lutas dos assalariados agrícolas da região cacaueira da Bahia na década de 1930. Greves, protestos, mas também solicitações de fiscalização e intervenção por parte do Ministério do Trabalho, demonstram que, ao mesmo tempo em que os trabalhadores, através do seu sindicato, assumiam a postura de disputa e acirramento dos conflitos de classe, eles buscaram se utilizar da estrutura de regulamentação das relações trabalhistas para tentar garantir conquistas de direitos. Outro aspecto interessante a ser analisado é a posição de lideranças do referido sindicato que, ligados ao PCB, por vezes atuavam no sentido de implementação da linha política e das definições partidárias e por outras, lutavam para o atendimento de demandas mais imediatas dos trabalhadores por vezes utilizando-se da estrutura sindical oficial vigente.

Palavras-chave: PCB; Sindicato; Camponeses.

Abstract: This work aims to present part of rural workers fights in cocoa region in State of Bahia in 1930's. Strikes, protests, and request for inspection and intervention by Work Ministry show that, at same time the workers, with their syndicate, took on the position of fight and increase of class conflict, they tried to use the structure of work laws to try to secure rights conquest. Another interesting aspect to analysing is the position of syndicate leaders linked to PCB, sometimes performed in direction to implementation of politic line and party definitions and, other times, fought for advert to immediate demands of workers, sometimes using the official syndical structure.

O PCB foi Fundado em 1922, e fazendo um balanço de parte da sua trajetória fica evidente que o partido não tinha planejamento de um trabalho sistemático no meio rural, e muito menos elaboração teórica a respeito. Interessante que tal constatação aparecia frequentemente em seus balanços e relatórios entre as décadas de 1920 e 1930. Isso foi uma marca na relação dos comunistas brasileiros com tal segmento da sociedade durante boa parte da sua história. Conseqüentemente, o partido não conseguiu desenvolver ações de grande envergadura no meio rural até final da década de 1940.

Em 1934, já com Antonio Marciel Bonfim, o célebre Miranda, como Secretário Geral o partido avaliava que as massas trabalhadoras das cidades e dos campos estavam em decidida ofensiva por melhores condições de vida e trabalho, ainda assim, reconhecia avanços e debilidades do trabalho do partido no meio camponês:

(...) temos bases camponesas em todas as regiões de concentração e em diversas outras regiões. Porém ainda não elaboramos um material para o P. sobre o nosso trabalho no campo; ainda não asseguramos às nossas organizações no campo, não esclarecemos as confusões sobre o trabalho camponês. A comissão camponesa não

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

*funciona, e elaboramos pouco material sobre este nosso domínio de trabalho. Isto reflete nossa incompreensão do caráter da revolução, e falta de perspectiva diante da situação de lutas numerosas e combativas no campo. (...) Não estamos em passividade absoluta no trabalho camponês, mas estamos com muitas debilidades que devemos romper.*¹

Em julho de 1934 realizou-se a Conferência Nacional, e no informe lido por Alencar, na verdade José Caetano Machado, sobre a questão agrária, um conjunto de posições um tanto confusas foram levantadas para o debate. Das várias camadas existentes no campo, a base fundamental do partido deveria ser os assalariados e semi-assalariados agrícolas. Enquanto que para os terceiros, meeiros, lenheiros, posseiros, colonos, peões de estância, vaqueiros (que vivem de seu salário e de sua quarta), defendeu a organização de todos na mesma organização sindical, e que o Partido deveria estar aberto a todas essas camadas, inclusive “camponeses pobres e médios podem fazer parte do partido com um tempo de estágio”. No mesmo informe, levantou a necessidade de organizar Comitês de Frente Única, que congregariam “desde assalariados agrícolas até camponeses ricos.” Pois estes estariam “numa proporção de 50% numa situação de miséria, devido as tarifas, impostos, etc (...)É fácil organizar a frente única entre os assalariados agrícolas e os camponeses ricos, pois eles tem suas reivindicações comuns”.

Houve intensa polêmica com relação a definição e diferenciação das classes no campo. Alguns delegados manifestaram-se contrários a entrada dos camponeses no partido. Também houve intenso debate sobre quem deveria fazer parte do sindicato de trabalhadores agrícolas. Para alguns, somente os elementos assalariados; enquanto para outros, poderia ser ampliado para os demais setores da população rural não proprietários de terras.² A confusão reinante entre os quadros do PCB refletia a sua dificuldade de compreender o papel dos camponeses nos marcos teóricos do marxismo que acreditavam seguir.

Outra polêmica foi com relação ao cangaço, visto por Martins, integrante do Comitê Central, como “elementos que lutam contra a opressão, mas que uma longa permanência no cangaço faz com que percam suas características de camponeses. Devemos nos ligar a eles concentrando-nos nos melhores”.³ E o delegado Mauro, acrescentando à formulação de Martins, defendeu a tese de que os métodos do cangaço persistiam por falta de partido e de sindicatos de assalariados agrícolas. Ou seja, a persistência de indivíduos no cangaço era atribuída ao partido por este não organizar e dirigir as lutas camponesas.

¹ Carta assinada por Miranda em nome do Bureau Político Nacional ao Bureau Sul Americano em 04/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

² “Atas da 1ª Conferência Nacional.” Julho de 1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

³ Idem

Essa interpretação com relação aos camponeses e cangaceiros era uma característica do momento em que o partido estava atravessando. Foi quando se intensificaram os chamamentos para a revolução imediata. Acreditava-se que havia uma marcha acelerada do Brasil para uma crise revolucionária e nesse sentido os cangaceiros eram vistos como mais um movimento espontâneo que demonstrava o nível de insatisfação das massas camponesas no nordeste.

Quando estava em Moscou, em outubro de 1934, com o núcleo central da direção nacional do PCB, Miranda, Secretário Geral, passou um informe, que ao referir-se ao movimento camponês falou em início da luta armada através movimento guerrilheiro:

Os guerrilheiros cangaceiros fazem chamamentos à luta, unificam os camponeses pobres e lutam pelo pão e pela vida. O governo já não está em condições de vencer esse movimento. Já não são pequenas insurreições camponesas, contra as quais bastava dirigir uma centena de soldados. Numa só província da Bahia os guerrilheiros constituem destacamentos de umas 1500 pessoas armadas de metralhadoras, providas de caminhões, etc. (...) Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanha correm de boca em boca, como atos arrojados de defensores da liberdade, defensores da vida do camponês (...) que busca o Partido cuja autoridade cresce também no campo.(QUEIRÓS, 1934. apud VIANNA, 1992)

A partir de julho de 1935, o jornal *A Classe Operária* publicou vários artigos sobre o movimento camponês e o cangaço. Sempre noticiando as péssimas condições de vida dos moradores da zona rural e as iniciativas de organização.

O partido formulou diferentes estratégias para as diferentes classes que compreendiam existir no campo. Uma ação mais institucionalizada para os assalariados rurais, setor que o partido deveria priorizar as suas ações na região, pois os mesmos eram proletários e deveriam ser organizados através dos sindicatos. E para as outras categorias, meeiros, posseiros, foreiros, etc., organização em ligas ou associações. E uma terceira linha de ação voltada para os elementos tidos como possíveis guerrilheiros, ou seja, os cangaceiros, que o partido deveria procurar estabelecer relações para tentar politizá-los e transformá-los em elementos revolucionários.

Foi justamente entre 1934 e 1935 que o PCB adotou nova tática com relação ao movimento sindical. Se anteriormente criticava a participação nos sindicatos e entidades tidas como “Ministerialistas”, a partir desse momento passou a buscar alianças com outras correntes consideradas como “democráticas e antifascistas”, o que contribuiu para uma maior aproximação do partido com o meio sindical. “Dessa forma nos fins desse ano e começos de

1935, já contava com um bom número de simpatizantes e/ou adesistas”.(FONTES, 1982, p.168)

Em 1934, em Pirangy, na época distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe, foi fundado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus (SEA- Ilhéus), tendo como principal liderança desse processo, Joaquim Cunha Filho, um sergipano, natural de Itabaianinha, que mudou-se para a região aos dezesseis anos de idade, fugindo da seca e da miséria, empregando-se como trabalhador rural. (LUCAS, 1968) Aprendeu a ler e escrever por esforço próprio, sem freqüentar escola e posteriormente, foi funcionário da estrada de ferro Ilhéus-Conquista, onde entrou em contato com o movimento sindical, as leis trabalhistas e o PCB. Trabalhava como administrador de fazenda para a Steveson & Cia – empresa que atuava na região com produção e comércio de cacau, possuidora de fazendas com grande número de trabalhadores – no que seguia uma tendência, ou pelo menos uma intenção, do partido de priorizar as suas ações no meio rural nas áreas de maior concentração de assalariados agrícolas.

Após sua fundação, o sindicato tentou se oficializar junto ao Ministério do Trabalho, sem êxito, pois a legislação em vigor não permitia o registro de sindicatos de trabalhadores rurais. As principais frentes de luta do Sindicato dos Empregados Agrícolas tinham um caráter fortemente classista, sendo possível percebê-lo nas notícias de jornal e em alguns panfletos onde constam parte das suas reivindicações, principalmente a defesa da jornada de trabalho de oito horas e o fim da extorsão nas dispensas e barracões.

*Já novas esperanças nos surgem no campo da luta que nos empenhamos para a grandeza e defesa de nossa classe.
As leis que nos garantem e que até então viviam imersas no esquecimento pela ignorância de muitos e fraqueza de outros pela falta de união, já estamos sentindo o efeito. Procurem verificar e hão de saber provavelmente, que muitas fazendas onde todos os empregados são sindicalizados, estão dando oito horas de serviço diário em cumprimento da lei, pagando melhores salários e melhorando os preços das despesas.⁴*

Constantemente o sindicato fazia referências às “Leis Trabalhistas”, numa demonstração de crença na possibilidade de avanços sociais através do uso do aparato institucional governamental como forma de pressionar os fazendeiros. Por isso, diversas vezes solicitaram intervenção da Inspetoria do Trabalho para intermediar os conflitos. Tanto que, no mesmo panfleto acima descrito, continha um aviso no rodapé alertando aos fazendeiros que deviam procurar “o sr. Raul Queiroz, funcionário da Inspetoria do Trabalho, que está na

⁴ “Companheiros dos Campos.” Banco do Pedro, Ilhéus. 08/04/1935. Processo 171 do TSN. AN.

zona, montando o serviço de registro de trabalhadores, e já traz os respectivos livros; é bom regularizarem-se para não cair na multa”.

Em 25 de abril de 1935 o Jornal Ilheense *Diário da Tarde* publicou na íntegra o telegrama enviado pelo SEA-Ilhéus/Pirangy:

O Sindicato dos Empregados Agrícolas compreendendo justas as reivindicações das massas trabalhadoras das fazendas, chama a atenção da imprensa para a situação cada vez mais aflitiva dos trabalhadores duramente escorchados pelos processos de fornecimento de gêneros alimentícios através das dispensas patronais. Os artigos de primeira necessidade são sempre de qualidade inferior, vendidos por preços correntes das praças vizinhas e além disso com o peso ilegal. O empregado trabalha 9 a 10 horas por dia, sem direito a extraordinários, ganhando salário insignificante que é todo absorvido pela compra de mercadorias da pior espécie e custo elevado. Esse órgão prestará grande serviço a vida dos trabalhadores agrícolas noticiando o fato. Atenciosas saudações.⁵

Esse telegrama deixa claro que ainda permaneciam firmes na região cacauueira da Bahia os aparelhos de dominação coronelistas, usados tradicionalmente, através dos quais o trabalhador nunca conseguia se ver livre da dívida contraída na dispensa do fazendeiro e era, por esse motivo, impedido de se desvincular do trabalho, numa relação de semi-escavidão por dívida.

Como, apesar da alta concentração de assalariados agrícolas, constantemente tinham-se notícias de escassez e falta de mão de obra para a lavoura, não tardou aos fazendeiros temerem a ação do Sindicato e a mobilização surtir efeito.

A campanha se ampliou, tendo o sindicato desenvolvido-a através de um trabalho de mobilização corpo a corpo, com visitas às fazendas, que surtiu efeito. E alguns fazendeiros fizeram questão de se adiantar e tomar medidas, cedendo às pressões. O Coronel Avelino Fernandes chegou a proibir que seus administradores tivessem dispensas nas fazendas. A repercussão parece ter sido muito boa, pois menos de quinze dias depois o mesmo Coronel e mais D. Laura Pimentel Lavigne anunciaram que adotaram em suas fazendas a jornada de oito horas de trabalho.⁶

No meio desses conflitos que se prenunciavam, a Inspetoria do Trabalho anunciou o envio de um funcionário para a região cacauueira da Bahia para apurar os fatos. Essa notícia chamou a atenção dos Fazendeiros que pressionaram a Associação dos Agricultores, entidade que reunia os proprietários de terras, para que fossem tomadas providências.

⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 25 de abril de 1935, p.3.

⁶ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 04 de junho de 1935 e *Diário da Tarde*. Ilhéus. 15 de junho de 1935.

A movimentação causada pelas ações do Sindicato começava a interferir na vida político-partidária da cidade. Um dos líderes da oposição ao prefeito, o Coronel Misael Tavares, fazendeiro e negociante, dono de uma das maiores fortunas do município, diante da polêmica que estava sendo criada em torno da campanha iniciada pelo sindicato, fez questão de se manifestar, e proibiu as dispensas nas suas fazendas. Tal notícia foi assim anunciada pelo sindicato, através de telegrama enviado a imprensa, com certa dose de ironia:

Pirangy, 21. O Coronel Misael Tavares proibiu terminantemente dispensas nas suas fazendas. O Sindicato dos Empregados Agrícolas agradece ao gesto nobre e espera também que o grande capitalista conceda oito horas de trabalho e a liberdade de sindicalização aos seus assalariados.

*Saudações Proletárias. A Diretoria.*⁷

Percebendo o nível de mobilização que os trabalhadores estavam almejando, aumentando inclusive o leque das reivindicações, ampliando-as para o aspecto político, exigindo a liberdade de sindicalização, e pelas pressões recebidas dos fazendeiros, a Associação dos Agricultores de Ilhéus tomou algumas providências no sentido de se contrapor à mobilização dos trabalhadores. Convocou uma assembléia geral, que discutiu a questão e cedeu em parte às reivindicações, ficando explícito o reconhecimento da representatividade e poder de mobilização do sindicato, sendo assim deliberado:

(...) ficou assentado pela assembléia recomendar a todos proprietários agrícolas a adoção em suas propriedades, como alguns já o fizeram, da jornada de oito horas de trabalho, em cumprimento das leis sociais vigentes.

*(...) pedindo também aos fazendeiros que modifiquem, em benefício dos trabalhadores, as tabelas nas dispensas.(...)isso vem ao encontro do que vem pleiteando decididamente o Sindicato dos Empregados Agrícolas, que hoje é o interprete legitimo das aspirações de sua classe(...)*⁸

Poucos dias após a assembléia, uma Nota Pública dirigida “aos seus associados e a todos os lavradores em geral”, a Associação dos Agricultores de Ilhéus deixou claro que os fazendeiros estavam cedendo por estarem também preocupados com o movimento e sua possível ligação ideológica.

(...) regularizas, em definitivo essas relações de trabalho, entre patrão e empregado.

*Isso principalmente, para evitar que lutas e movimentos injustificáveis, venham a produzir desarmonias (sic) e tendências anarquistas no seio dos trabalhadores, neste instante, de crise aguda que todos atravessamos – movimentos aliaz, (sic) que poderiam causar prejuízos consideráveis.*⁹

⁷ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22 de junho de 1935, Capa.

⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 15 de julho de 1935, Capa.

⁹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 18 de julho de 1935. Matéria da capa, com manchete dando destaque.

Sobre o que os fazendeiros chamaram de “anarquista”, cabe salientar que o sindicato chegou a manifestar publicamente suas opções ideológicas, inclusive através de publicação de alguns panfletos que refletem a ligação de alguns de seus dirigentes com o PCB.

(...) As dificuldades sempre crescentes para a aquisição do pão cotidiano, vem preocupando, há muito tempo, aos homens em todos os países. Nas cidades, uma multidão maltrapilha, faminta e sem trabalho, segue o caminho da miséria e do vício. (...) Então, é neste momento angustioso que os sonhos dos Socialistas concretizam-se tornando-os, em realidade. No Socialismo está a salvação dos povos. O movimento Socialista como um enorme (ilegível) abalou os andamentos dos demais regimes, abrindo aos povos novos horizontes. (...) É o carro (ilegível) da evolução que passa; reflexo luminoso da (ilegível) Universal que projecta pra mentes dos homens de boa vontade, iluminando-os para seguirem no caminho do bem coletivo. O SINDICATO DOS EMPREGADOS AGRICOLAS é fruto desse movimento. (...) Sendo os OPERÁRIOS AGRICOLAS as colunas da lavoura do Município de Ilhéus é, portanto o principal fator do seu desenvolvimento, uma vez que Ilhéus é essencialmente agrícola. (...) Unamo-nos, para a grandeza da nossa CLASSE, que é a da lavoura. Sendo a lavoura a principal riqueza do nosso Brasil, procuramos, pois, engrandecê-la, transformando a nossa fraca classe em CLASSE FORTE E EDUCADA, que fará a grandeza de uma Pátria feliz e próspera. Banco do Pedro, (Ilhéus) 22 de junho de 1935. A Diretoria¹⁰

Mas os conflitos não pararam por aí. Mesmo dando a entender que a entidade dos fazendeiros cedeu às pressões, nem todos os fazendeiros se mostraram sensíveis a tais questões. Chegaram a acontecer greves em fazendas, como a ocorrida na propriedade do Sr. Anacleto Alves da Silva, organizada pelo Sindicato, levando o referido fazendeiro a convocar as autoridades do município a tomarem providências alegando: “os homens que vinham executando minhas ordens haviam paralisado todo o trabalho, alegando que tinham sido aconselhados por um Sr. Joaquim Cunha Filho a tomarem tal atitude. (...)”.¹¹ No contexto dessa greve, o SEA voltou a chamar a atenção da Inspeção do Trabalho e propôs a convocação da Convenção Coletiva do Trabalho como forma de sanar o conflito.¹²

Paralelamente às atividades do SEA, o Partido desenvolveu algumas ações no sentido de organizar os trabalhadores rurais e camponeses. Foi organizada uma “Brigada Camponesa” que coordenava as ações no meio rural e que estabelecia a relação entre os membros do partido que atuavam nas fazendas e os órgãos de direção.

¹⁰ SEA/Ilhéus. Aos empregados das fazendas. Banco do Pedro. 22 de junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

¹¹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 19 de julho de 1935.

¹² *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22 de julho de 1935.

O SEA atuava em ações legais, e em vários momentos assumia uma postura “ministerialista” solicitando o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho e direcionando as suas ações no sentido de exigir o cumprimento e a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais. Mas deve-se levar em conta que ao mesmo tempo em que adotou tais posições, também fez a defesa aberta do movimento socialista e colocou-se como instrumento desse processo de construção de uma nova ordem. Paralelamente, a “Brigada Camponesa” se encarregava de organizar o partido e difundir a tese da necessidade imediata da luta revolucionária. Em documento enviado a Ariston, a direção regional alertava:

*Saiba (...) que estamos as portas da Revolução Operária e Camponesa, e que as massas do Brasil já estão radicalizadas nas lutas (...). Os camponeses são necessariamente indicados para papel da mais absoluta importância, nas lutas que se devem ferir, desde já, e que se deflagrarão audaciosamente, muito breve, de modo decisivo.*¹³

A orientação do partido para o trabalho das Brigadas no campo era no sentido de criar células e Comitês Camponeses formados por elementos de várias células. Cada célula deveria formar sua própria “Brigada de Guerrilheiros” com o maior número possível de elementos armados, que deveriam estar dispostos a “responder imediatamente a toda palavra de ordem do P., que chegue a qualquer momento”.¹⁴ Nesse período, o Partido reforçava a tese da aliança com os grupos armados existentes, e também na região, onde os militantes estavam orientados a entrar em contato com os chefes de bandos armados existentes e discutir com eles a necessidade da revolução.

Aqui vemos a reprodução da tese debatida em âmbito nacional sobre os cangaceiros. Vale salientar que a existência de tais grupos armados nas fazendas da região cacauzeira do sul da Bahia nunca esteve ligada ao chamado “banditismo social” e sim ao coronelismo que se estendeu na região durante boa parte do século XX, onde os fazendeiros, nem sempre possuíam o título da Guarda Nacional e, ainda assim, se intitulavam “Coronéis”, e contratavam jagunços e pistoleiros para atuarem como força armada de controle pessoal, acionada geralmente para resolver questões fundiárias no chamado caxixe.

Inicialmente essa orientação de luta armada e guerrilha rural era difundida em documentos de caráter interno, contudo, acreditando que a revolução era iminente e aumentando o nível de organização partidária na região, passou a ser assunto pregado abertamente. Em meados de 1935 saiu um panfleto do partido na região, intitulado

¹³ PCB: Caro Cp. Miguel Justo. Ilhéus, 22/06/1935, Processo 171 do TSN. AN.

¹⁴ PCB: Como aplicar as tarefas. Ilhéus. Documento assinado por Frederico (Nelson Schaun) em 20/06/1935. Processo 171 do TSN. AN.

“Companheiros Camponeses” convocando as massas rurais à mobilização e a realização das seguintes “tarefas imediatas”:

(...) em face do amadurecimento da revolução no Brasil, de sorte que não é mais possível esperar ou deter a onda de greves e lutas do proletariado do Brasil, pela conquista de seus direitos, é urgente que os camaradas apliquem estas tarefas imediatas:

1- *Organização em todas as fazendas, células de camponeses (assalariados agrícolas, rendeiros, meeiros, contratistas, pequenos e médios agricultores), com o maior número possível de elementos.*

2- *Plantear dentro dessas células, todas as questões do campo e as reivindicações das massas trabalhadoras, exploradas e oprimidas: aumento de salários, garantia de salários, para homens, mulheres e jovens; seguro social, escolas obrigatórias e gratuitas, em todas as fazendas, médicos e remédios também gratuitos, para todos os trabalhadores etc. TOMADA DAS TERRAS PELOS TRABALHADORES E MÉDIOS AGRICULTORES.*

3- *Mostrar a todos que devem possuir armas e munições, quanto mais possível mais útil, e tomar as armas e as munições dos grandes senhores chefes de bandos e opressores dos trabalhadores. Tudo para uma luta armada, geral, forte e decidida, de guerrilhas, contra os grandes ocupantes de terras e exploradores. Lutas que devem ser logo preparadas, concretamente, para arrebentarem em muitos pontos ao mesmo tempo.¹⁵*

Com esse panfleto e a partir dele, o partido passou a pregar a ação armada imediata. Também lançou um outro panfleto com o mesmo teor, contudo dirigido não apenas aos camponeses e as massas rurais, e sim a todos que consideravam explorados e oprimidos, e principalmente a todos os trabalhadores das cidades e dos campos, das consideradas empresas fundamentais: estiva, docas, estrada de ferro, estradas de rodagem, conclamando a “luta por pão, terra e liberdade”, e ressaltava a importância do movimento ser liderado pelo Partido Comunista.¹⁶

Interessante aqui refletir a respeito das ações desenvolvidas pelo SEA e particularmente em se tratando da presença de militantes do PCB no mesmo. Fica claro que a história do PCB, ou de qualquer outro partido, não pode ser contada apenas a partir das suas mudanças na linha política, nas resoluções dos seus congressos ou nas atas das direções partidárias, ou seja na documentação oficial existente. Existe uma relação entre tais tipos de documentos e as atividades concretamente desenvolvidas, contudo não expressam a ação efetivamente desenvolvida, pois a ação é movida também a partir dos conflitos reais e nem sempre as bases partidárias conseguem implementar as decisões como a direção pretende.

¹⁵ PCB: “Companheiros Camponeses.” Ilhéus-BA. Processo 171 do TSN. AN. Provavelmente entre junho e julho de 1935, pois foi a partir desse período que os panfletos dirigidos aos trabalhadores rurais passaram a convocar a luta armada imediata.

¹⁶ PCB: “Aos Explorados e Oprimidos, A Todos os Trabalhadores das Cidades e dos Campos, Levantemos em Lutas Por Pão, Terra e Liberdade.” Documento assinado pelo CL do LS do CR da Ba, PCB (S. da IC), Ilhéus, junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

Não pretendo aqui ressuscitar a dicotomia, base versus direção partidária, que não compreendo ser real.

Os militantes do PCB ao defenderem a ação a partir das estruturas oficiais do sindicalismo ministerialista não significa que estavam abrindo mão de suas perspectivas partidárias, ou ainda, que estavam rompendo com as diretrizes apontadas pelas direções. Tanto que ao lado das atividades do SEA, existiam as ações das “Brigadas”.

Tal compreensão ajuda a pensar também as atividades do SEA, suas relações com a classe trabalhadora e sua tentativa de institucionalização. Naquele momento, não havia nenhum aparato legal que regulamentasse o trabalho no campo, e aquilo que pareceria uma camisa de força para o conjunto da classe trabalhadora, para aqueles trabalhadores do campo da região cacauzeira da Bahia parecia ser o caminho mais curto e mais rápido para a obtenção de garantias e direitos sociais. O que não significa que aqueles trabalhadores estavam com isso abrindo mão de sua identidade de classe, seus desejos de transformação social. O mesmo pode ser dito do PCB que não deixou de defender a revolução, o socialismo e todas as suas bandeiras de luta.

Bibliografia:

FONTES, José Raimundo Fontes. **Manifestações Operárias na Bahia, O movimento grevista, 1888-1930**, Mestrado em Ciências Sociais, UFBA. 1982

LUCAS, Montival. Discurso Pronunciado por ocasião da Assembléia realizada por iniciativa da FETAG-BA em homenagem a memória do falecido Joaquim Cunha Filho, em 1º de setembro de 1968. Arquivo pessoal de Edivaldo Cunha.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores, sindicatos e política”. In: DELGADO, L.; FERREIRA, Jorge. (orgs), **O Brasil Republicano**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.